

*Masculino, feminino, plural**

Maria Gabriela Hita**

Os “estudos de gênero” estiveram tradicionalmente associados a pesquisas sobre “a mulher” como se essa categoria pudesse ser compreendida independentemente de sua relação com a de “homem”. Uma outra tendência, em alguns desses estudos no passado, foi o infeliz intento de produzir generalizações universalizantes sobre essas categorias, isto é, um esforço em detectar propriedades essenciais aos sexos (biológicos) que permitissem concluir sobre a relação direta com o que se entende por “masculino/feminino” (gêneros) respectivamente. A uma análise desavisada, assim poderia parecer. Mas não é por aqui que feministas pós-modernas e estudiosas do gênero têm desenvolvido suas argumentações mais recentes.

Apesar da categoria “gênero” (cujo significado denota seu caráter relacional) estar beirando os seus 30 anos de existência¹, a utilização da noção como “relação” entre homens e mulheres é bastante recente nas práticas de pesquisa. Até pouco tempo atrás a categoria “gênero” era utilizada como sinônimo de estudos sobre a mulher e, portanto, excluía o homem da análise. Uma evidência recente da superação desse fenômeno é a introdução e

* PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar. *Masculino, Feminino, Plural. Gênero na interdisciplinariedade*. Florianópolis-SC, Editora das Mulheres, 1998. Recebida para publicação em agosto de 1999.

** Professora de Sociologia da Universidade Federal da Bahia e doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp.

¹ Ver Rubin, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. *Nueva Antropología*. vol. VIII, nº 30, 1986.

Masculino, feminino, plural

explosão dos estudos sobre masculinidades, omitidos em décadas anteriores. O surgimento desse novo campo de pesquisa significa um importante e inestimável avanço na área de estudos de gênero. Entretanto, em muitas abordagens atuais sobre “masculinidades” percebemos a recorrência do erro comentado nos primeiros estudos de gênero às avessas, uma tendência a tratar o tema de forma isolada e polarizada, que, ao modo de um funcionalismo tradicional, descarta da análise o aspecto relacional e a importância metodológica da comparação, do contraste com o diferente para melhor delimitar e identificar a “identidade desejada”.

Boa parte dos textos de *Masculino, Feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade* traz uma preocupação de incorporar o tratamento do campo em estudo como uma relação e não mais um pólo, ora feminino, ora masculino, tão característico de abordagens de outrora, colocando-o, portanto, em uma perspectiva de ponta. Nesse volume é possível acessar uma variedade considerável de perspectivas teóricas, que oscilam entre posturas mais “estruturo-biologicistas” a “pós-moderno-culturalistas”. Apesar das divergências entre as distintas correntes, paira o consenso sobre a necessidade de diluir posturas extremas, tendendo-se à defesa de um certo relativismo e aceitação do pressuposto da presença da cultura e da história na conformação dos sujeitos, num movimento de rompimento – inclusive entre as/os defensoras/es de um certo “biologismo atualizado” e bastante bem fundamentado – um essencialismo que reifica Homens e Mulheres em categorias identitárias fixas e determinadas *a priori*.

As diferenças encontradas neste livro vão além dos posicionamentos teóricos. A variedade, igualmente temática e disciplinar, é condizente com o tipo de publicação: uma coletânea de textos a partir do encontro “Fazendo gênero na Universidade Federal de Santa Catarina”, realizado em maio de 1996, empreitada que tem continuado até o presente abrindo um

importante espaço de diálogo e reflexão do campo de estudo. A diversidade se manifesta na variedade de objetos: desde aqueles que tratam de adolescência e meia idade, conjugalidade e separação, aborto e maternidade, afetividade e agressividade, esporte, cangaço, cultura açoriana, etc., até os trabalhos sobre violência doméstica. Nesse sentido, a multiplicidade de objetos, temas, perspectivas teóricas e disciplinares coadunam com o sugestivo título do livro, ressaltando o adjetivo da “pluralidade”.

A noção de “pluralidade” vem sendo associada mais recentemente a perspectivas pós-modernas, problematizadoras das teorias de identidade centradas em um sujeito “político” definido à *anteriori* e que não é concebido como resultado do seu agir. Nesse sentido do termo, poderíamos dizer que alguns dos textos do livro comungam com tais perspectivas, outros, de forma mais ou menos explícita, procuram diferenciar-se e se colocam do lado contrário. Nessa direção, de alguma empatia com posturas mais pós-modernas, há especialmente os textos epistemológicos de Claudia de Lima Costa e Margareth Rago e entre os de teor mais empírico estão a análise sobre violência doméstica de Míriam Grossi e sobre masculinidade da antropóloga Maria Regina Azevedo.

Para sistematizar o conteúdo do livro, tratarei dos artigos, dividindo-os em três grandes blocos: 1) debates de ordem epistemológica, 2) análises de teor mais empírico, englobando discussões sobre masculinidade e 3) textos sobre sexualidade, corpo e direito em geral. O livro é prefaciado pelas instigantes observações e comentários de Cláudia Fonseca, algumas das quais recupero neste espaço.

Enfocando as bases epistemológicas do campo do gênero e da teoria feminista, no primeiro bloco de textos, destaca-se, pela profundidade das reflexões apresentadas, o texto de Claudia de Lima Costa. Seu artigo – O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre) linhas do (con)texto – apresenta uma argumentação

pormenorizada e bem fundamentada no domínio da abrangente bibliografia citada pela autora. Poderia considerar-se este um dos textos chaves do livro e representante do que aqui denominei de pós-modernismo culturalista.

A autora sublinha as ambigüidades da relação fundante – ao meu ver, não resolvida – entre pesquisa e militância feminista e equaciona o temor levantado no interior do movimento, de uma impossibilidade de ação política. Defensores das teorias tradicionais sobre “Sujeito” apontam para o perigo da dissolução do gênero como diferenciador e, por conseguinte, para o esvaziamento de qualquer projeto político. Desde posturas pós-modernas, alegam estes críticos pró “Sujeito” tradicional, ficaríamos impossibilitados de pensar em uma ação política ou construção de movimentos sociais.

Como proposta de reflexão caminho a alguma solução a este complicado dilema, Costa refere-se à centralidade da categoria “experiência”, que situa o lugar do qual se esteja falando e possibilita um maior entendimento de como a diferença é construída e sentida, permitindo desenvolver uma atitude de interesse e preocupação em relação à experiência constitutiva de outros sujeitos. E continua, retomando Haraway e Butler, falando da nova forma de se conceber a ação política nessas perspectivas (denominadas também de *standpoint*) em que o sujeito é concebido como efeito e não mais uma identidade representacional definida à *priori*, uma vez que cada grupo possui uma diversidade de componentes (onde cada individualidade tem seus distintos marcadores de raça, classe, gênero, idade, nacionalidades, etc.) e de subgrupos, ora aliados frente a certas lutas, ora divididos frente a outras. Nessa direção, recupera as noções de “conexões e afinidades” (conjunturais), convergências e divergências – ao invés de identidades – na experiência das mulheres ou qualquer outro grupo identitário. Tais grupos passam a ser concebidos de forma mais flexível e fluida, como efeitos, em constante construção, transformação e definição de seus

interesses de luta. Esta seria a forma modernizada de se pensar e conceber a ação política e os “agentes/atores” sociais que incorpora críticas à teoria do Sujeito erguidas pela primeira onda de pós-modernos e, ao mesmo tempo, resolve algumas das debilidades e problemas desses modelos que declaravam a morte do “Sujeito”.

Outro texto interessante nesse primeiro bloco é o de Margareth Rago que, sublinhando princípios metodológicos do feminismo acadêmico, ressalta a mudança paradigmática ocorrida recentemente no interior da historiografia feminista. Essa mudança é sinalizada mediante a incorporação da categoria “subjetividade”, o foco na experiência e na historização dos próprios conceitos científicos, familiarizando o leitor com uma série de autores da Nova História. Os estudos feministas no campo da história também são inovadores, afirma Rago, tanto na maneira como trabalham com as multiplicidades temporais – descartando a idéia de linha evolutiva inerente aos processos históricos – como pelo seu aporte à produção de conhecimento através da construção de uma nova linguagem (e seus novos significados) na interpretação do mundo e na proposição de uma nova relação entre teoria e prática.

Identificando-se com filósofos da “Diferença” (o que acima denominei pós-modernos da primeira onda) – Foucault, Derrida, entre outros –, Rago parece excluir da sua definição do que seja pós-modernismo, talvez por ser um tema polêmico, perspectivas que dialogam e incorporam matrizes teóricas do marxismo. Se minha leitura não estiver equivocada, feministas como Haraway (devedora da escola de Frankfurt) e mesmo Butler (ex-althusseriana) não poderiam ser consideradas como pós-modernas, apesar de elas mesmas se identificarem como tais (ambas, igualmente, marcadamente foucaultianas) e de serem figuras proeminentes desta nova onda da vanguarda feminista na

Masculino, feminino, plural

atualidade dessas perspectivas nas abordagens de pós-modernidade.²

Finalizando este primeiro conjunto temático, destaca-se o interessante texto de Maria Luiza Heilborn, que enfatiza a utilidade vigente de leituras estruturalistas da realidade, recorrendo à teoria de Louis Dumont (baseada na primazia do elemento hierárquico e bidimensional das diferenças entre gêneros) e de Lévy-Strauss sobre a universalidade do incesto. A partir dessas matrizes, Heilborn parece sustentar a natureza diferencial da constituição dos gêneros, o que para ela não significa

afirmar que a existência de dois sexos na natureza implique alguma característica universal, apenas que a estrutura subjacente à montagem das relações de gênero mantém um pendor assimétrico [ou] ...acolher a idéia de que existe o dimorfismo sexual da espécie não impede que se reconheça que o sexo possa ser uma categoria historicamente datada. (p.53)

Sobre esse último aspecto da desconstrução da categoria sexo, Heilborn nos propicia, de forma deliciosa e sucinta, acessar os principais argumentos da importante obra de Thomas Laqueur – *Making Sex* –, que tem sido uma referência paradigmática nas discussões e reflexões do feminismo pós-moderno atual.

Entretanto – apesar de estarmos percebendo na sua análise um tratamento bastante dinâmico e fundamentado de categorias como “sexo e gênero” e declarar-se opositora de um essencialismo *a priori* –, a autora continua defendendo uma postura, em certa medida, “biologicista”. Associado a isto, percebe-se nos seus argumentos uma simpatia e afinidade com a idéia de uma certa “universalidade da subordinação feminina” –

² Sobre esta discussão ver CREWE. Transcoding the world: Haraway's Posmodernism. *Signs*, vol. 22, n° 4.

claramente problematizada pelo feminismo contemporâneo e objeto de auto-crítica de alguns dos seus principais representantes nas décadas de 70, como o próprio Rosaldo que, ao apoiar-se na proposição de universalidade da hierarquia como ordenamento do mundo social de Dumont, afirma:

baseada nessa premissa, que já explorei em outros lugares, busquei construir o porquê da classificação do gênero necessariamente comportar hierarquia, ou seja, que razões há que expliquem a constante estrutural de assimetria na montagem das relações entre gêneros... (p.48)

[ou ainda]

Uma das questões que ainda atraem meu olhar é o fato da generalidade da assimetria intrínseca aos sistemas de gênero. (p.46)

Nesse sentido, a simpatia de Heilborn com a noção de um dimorfismo sexual e hierárquico entre os sexos, fundamentado no pilar do estruturalismo francês, estaria tomando como “dadas” explicações gerais e de senso comum que algumas teorias feministas pós-modernas procuram problematizar sobre o modelo hegemônico das relações entre sexos, denominado de “heterossexualidade compulsiva” por Butler.

Uma desconstrução e problematização desse modelo hegemônico de heterossexualidade compulsiva até suas últimas conseqüências – passo na análise que a autora não termina de realizar, apesar de estar sempre apontando pistas nessa direção – é o que permitiria realmente desvincular e melhor diferenciar categorias como “sexo”/“gênero”/“desejo” (o que dá lugar a uma matriz bem mais complexa de possibilidades identitárias), assim como superar perspectivas de análises baseadas em dicotomias. Por outro lado, o posicionamento de Maria Luiza Heilborn sobre esses temas é uma das poucas vozes destoantes à nova onda do feminismo, tornando sua perspectiva muito inovadora e desafiadora da onda atual de reflexões sobre esse campo de

Masculino, feminino, plural

discussão, o que nos faz refletir e adverte sobre alguns dos perigos de um excessivo desconstrucionismo.

Masculinidades

O segundo conjunto de textos volta sua atenção para o tão em voga assunto das masculinidades. Nesse bloco, a tônica dos estudos empíricos está nos homens, distribuído em temas sobre evolução da homossexualidade masculina, de crise de identidade dos homens frente às mudanças de papéis tradicionais, de honra masculina, ou ainda, sobre os espaços típicos de homosociabilidade, como no campo dos esportes.

Dennis Werner, no seu artigo sobre a teoria de “heterozigocidade”, aponta que a chave para entender a homossexualidade masculina está na evolução da submissão, associando homossexualidade a hierarquias de dominância/cooperação. Nessa direção, e fazendo homologias com experiências animais, sugere que a homossexualidade humana tenha se originado em função da importância, cada vez maior, da cooperação masculina, imbuída com o reconhecimento de territórios, passando pelas hierarquias de dominância e terminando com alianças e afetos. Apoiando-se em teorias evolutivas da biologia (a partir dos conceitos de adaptação e estrutura), psicologia e etologia, procura explicar alguns aspectos da variação cultural na homossexualidade. Boa parte dos seus dados e hipóteses (assim como as conclusões derivadas do seu raciocínio), muito instigantes e sugestivas, são, por vezes, tratadas como teses já demonstradas. Artigo recente sobre o tema – Genetics: Discovery of *gay gene* questioned³ – cita e questiona os resultados de alguns dos estudos nos quais Werner se apoia, de forma meio rápida e acrítica, para desenvolver seu raciocínio. Ainda que Werner não chegue a defender muito explicitamente

³ RISCH & EBERS. em *Science*. American Association for the Advancement of Science, vol. 284, n° 5414, 23 april 1999, pp.571 e 665-667.

as teorias geneticistas da evolução da homossexualidade (menciona teorias evolutivas “epigenéticas” e “mêmicas”), parece simpatizar profundamente com elas, trazendo informações e hipóteses assustadoras e bastante desconhecidas para pessoas externas às áreas biológicas. O autor estabelece uma série de conexões e associações que nem sempre resultam de todo convincentes e apresenta uma série de conceitos da área biológica não suficientemente explicados para um leitor comum.

Maria Bernardete Ramos Flores trabalha a noção de honra masculina, procurando entender a relação entre homens e mulheres nos casais açorianos da ilha do Desterro, em Florianópolis, ao longo do séc. XVIII. A justaposição de imagens femininas contraditórias aponta ambigüidades de comportamentos femininos, simultaneamente reprimidos e ofensivos, para mostrar as múltiplas respostas possíveis diante desse sistema de valores. Outro texto que também aborda a honra masculina, intersectando este domínio com o do parentesco, é o de Ana Cláudia Marques na sua análise de cangaceiros nordestinos. Nesse contexto, a parentela abrange todos os segmentos sociais, influenciando a organização política local, na medida em que ela mesma se constrói a partir de relações de reciprocidade, de prestações e contraprestações assimétricas.

Sobre crise de masculinidade, a antropóloga Maria Regina Azevedo Lisboa, em seu curto e bem fundamentado artigo – Masculinidade: as críticas ao modelo dominante e seus impasses –, ao trabalhar com o universo de homens de classe média, apresenta a questão de crise de identidade e reconstituições de identidades/diferenças de homens que não se sentem confortáveis num papel tradicional. Em um universo distinto de análise, o da classe trabalhadora em contextos de alto desemprego, a psicóloga Maria Juracy Toneli Siqueira demonstra algo semelhante sobre a conduta masculina, observando o caso, aparentemente “desviante”, de um homem que arca com as lidas

de casa enquanto sua esposa, empregada doméstica, assume o trabalho assalariado do lar. Em alguns momentos, sua rica análise de dados empíricos vê-se constrangida pelo intento de outorgar uma interpretação mais geral de caráter marxista. O problema aqui não é o de utilizar uma matriz teórica do marxismo, mas sim, a forma como são casados análise e teoria. Muitas vezes, a utilização de uma teoria opera mais como uma camisa de força do que uma janela que proporcione um ponto de vista fértil, a partir do qual possa interpretar a realidade ou objeto em questão.

Carmen Silva Rial, no bem cadenciado texto – Rugby e judô: esporte e masculinidade – explora essas práticas esportivas, entre outras, como espaços de homossociabilidade que reforçam diferentes formas de masculinidade através de suas diferentes cosmologias. No judô – cujo significado seria modo nobre – [“ju” = nobre; “dô” = modo], esporte de origem espiritual, diz a autora, se vence “com humildade”, tirando proveito da força contrária. No rugby, por seu caráter elitista e amadorístico, apesar de sangüinário, o jogador “nunca humilha seu adversário”, “saudando-o no início e no fim da jogada”, tampouco se desestimula o companheiro, manifestando o seu dever de agir como um verdadeiro *gentleman*. Nesse artigo, esporte é pensado como um processo de “incorporação” de um *ethos* masculino. O *ethos* é “encarnado” no verdadeiro sentido do termo, transforma-se em carne, e corporificado através de elementos como a dor, o sacrifício e o sofrimento que coroam a glória do vencedor, ao mesmo tempo em que salvam a honra do derrotado. O menino, dessa forma, dirá a autora, aprende a ser ativo, mais ou menos agressivo, enfim, a introjetar modelos de masculinidade, através da incorporação dessas características como *habitus*.⁴

⁴ Sobre o termo “incorporação” e sua relação com o conceito Bourdiano de *habitus*, ver diversos textos do antropólogo Thomas Czordas.

Sexualidades

Um terceiro bloco de textos, aqui agrupados em temas sobre sexualidade, corpo e lei, abordam temas de sexualidade, aborto, direitos e violência contra a mulher.

Em texto de teor psicanalítico, Sílvia Emília Espósito procura uma outra “legalidade não biológica” para a definição da sexualidade. Teresa Virgínia Almeida propõe, dentro de um enfoque construtivista, historicizar a própria noção de corpo para pensar a invisibilidade das escritas femininas na história patriarcal e seu resgate no campo literário. Ao apresentar algumas reflexões interessantes sobre a categoria “tempo”, introduz o dinâmico e poderoso conceito de “auto-referencialidade autopoietica”, originalmente desenvolvido pelo biólogo Maturana e melhor desenvolvido, no campo das ciências sociais, pelo recentemente morto Niklas Luhmann. Entretanto, essa interessante perspectiva de análise é antes citada do que suficientemente incorporada pela autora.

O texto – Gênero e gerações na ilha de Santa Catarina – da psicóloga Mara Coelho de Souza Lago analisa distintas representações de homens e mulheres sobre relações e namoros de “nativas” com homens da localidade e mesmo grupo social em contraste àquelas com rapazes do “centro” e de classes médias altas, que parecem ser as preferidas no imaginário destas “nativas”.

Numa interação entre os discursos psicanalíticos e os do campo do direito, o espírito do artigo de Jeanine Philippi poderia ser resumido na seguinte afirmação da autora:

Para além dos jogos de linguagem preconceituosos que pretendem conformar as mulheres e os homens em padrões fixos de representação, a interseção entre a categoria de sujeito do direito e a dimensão desejante do ser humano possibilita re-situar a pessoa como autora de uma história e não apenas como mera “atora” de papéis

Masculino, feminino, plural

sociais, restituindo-lhe, com isso, o direito de seguir o caminho traçado pelo seu desejo, ou seja, o direito de desejar. (p.162)

A autora coloca em relevo as contradições internas de um sistema pautado na igualdade formal que age dentro de uma sociedade, desmascarando a ilusão da neutralidade dos processos jurídicos. A utilização do caso de homossexuais para ilustrar seu argumento sugere que a própria ação classificatória da lei cria formas de discriminação. Igualmente, apresenta uma interessante análise sobre a satisfação pulsional, diferenciando-a da satisfação de uma necessidade.

Ainda no tema do direito, Joana Maria Pedro, pesquisando jornais e processos jurídicos em Florianópolis no início desse século, procura mapear a progressiva criminalização das práticas do infanticídio e do aborto e mostra como a visão jurídica do feto, durante muito tempo considerado como meras “vísceras maternas”, passou a devassar o corpo feminino, dando “à privacidade das suas entranhas uma publicidade punitiva”.

O volume fecha com a estimulante leitura do artigo de Míriam Grossi – Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal –, que apresenta reflexões bem amadurecidas sobre o problema da violência doméstica. A autora distingue a categoria “agressão”, que implica e pode ser revidada pela suposta vítima, da categoria “violência”, que aniquila o indivíduo que a sofre, paralisando-o e impedindo-o de reagir. Fala igualmente do ciclo da violência doméstica como parte do impasse de comunicação entre um casal. Essa noção de ciclo, diz a autora, é desenvolvida por assistentes sociais anglo-americanos, ancoradas em teorias sistêmicas do comportamento humano. Infelizmente, Grossi não cita todas suas referências bibliográficas, que tanto poderiam ajudar ao leitor interessado no tema. Em argumento bem similar ao de Maria Filomena Gregori, em sua tese de mestrado, Grossi se propõe a pensar a violência enquanto linguagem – elemento estruturante da própria relação conjugal,

Maria Gabriela Hita

ultrapassando as abordagens que procuram suas causas em fatores sócio-econômicos, ou no “sistema patriarcal” e, como aponta Fonseca,

Ao considerar a violência doméstica também no âmbito das relações homoeróticas, a autora desloca a violência do pólo masculino, mostrando o processo conjugal enquanto “jogo”, no qual há uma circulação (antes de uma divisão estanque) de poder. (p.19)

Essa coletânea, organizada por pesquisadoras do gênero do sul brasileiro, com seu olhar particularmente atualizado, crítico e polemizador, traz ao leitor uma pluralidade temático-teórica, possibilitando uma interessante introdução a importantes embates e diálogos entre perspectivas atuais que, em princípio e aparentemente, se apresentam como contrastantes.